

O Cerco do Porto, 12 anos depois de 1820

Professor da Escola Superior de Educação
do Politécnico do Porto

O caminho da Guerra Civil

Um grupo de Liberais exilados desembarcou no Porto, vindos no navio inglês *Belfast* e despoletou uma rebelião que viria a estar condenada a um fracasso sangrento. Em 16 de Maio de 1828, a guarnição do Porto proclamou o seu apoio a D. Pedro, Dona Maria da Glória e à Carta Constitucional. A cidade de Aveiro, a sul do Porto, e outros locais seguiram logo a liderança do Porto. A intentona fracassou e alguns dos altos responsáveis Liberais foram obrigados a refugiar-se de novo a bordo do *Belfast* e partir novamente para Inglaterra, deixando muitos dos seus correligionários para trás. D. Miguel reprimiu brutalmente estas rebeliões. Milhares de Liberais ou foram presos ou fugiram para Espanha e Inglaterra em condições penosas e mesmo humilhantes. Dos que foram capturados, 12 Liberais foram submetidos a um tribunal especial, a Alçada, condenados a serem enforcados, os seus corpos decapitados e as cabeças postas em estacas pelo norte de Portugal. Foram executados em Maio de 1829 e, desde então, são conhecidos como os Mártires da Liberdade. Seguiram-se cinco anos de duras repressões. De todo o território português, apenas as ilhas dos Açores permaneceram leais a D. Pedro, particularmente a Ilha Terceira, em parte porque a guarnição permaneceu fiel, especialmente o Batalhão de Caçadores 5. Em Agosto de

1829 D. Miguel enviou para os Açores um esquadrão de 22 navios de guerra, atacando o arquipélago que era na sua maioria controlado por guarnições Liberais. A esquadra Miguelista atacou as fortificações na baía perto da Vila da Praia, na ilha Terceira. Após um dia de batalha, os Liberais sob o Conde de Vila Flor saíram vitoriosos, levando centenas de prisioneiros Miguelistas que ficaram encurralados no que é conhecido como a Praia da Vitória. Após a guerra (a 12 de Janeiro de 1837), a vila passou a chamar-se Praia da Vitória, para comemorar a batalha. D. Miguel ordenou a purga do Exército e da Marinha portuguesas, afastando, quase sempre forma violenta, todos os supostos oficiais Liberais - como o exército em particular era considerado como contendo muitos simpatizantes Liberais, cerca de 60% do corpo de oficiais foi purgado.

No fim do Inverno de 1832, a frota Liberal saiu para o mar de Belle Isle para os Açores, que já se encontrava nas mãos dos Liberais. D. Pedro criava assim um governo de exílio na Ilha Terceira, fazendo da cidade de Angra torna-se a capital do Reino Constitucional de Portugal. No final de Junho de 1832, a frota de D. Pedro, voltava a fazer-se ao mar, zarpando dos Açores. Levava consigo 8.300 homens, duas fragatas, uma corveta, dois brigues, quatro escunas, quarenta navios de transporte e alguns vapores, e como apoio só poderia contar com poucas peças (3 ou 6 variando com as fontes) de artilharia ligeira de campanha. D. Pedro deixou para trás destacamentos nas ilhas de S. Miguel e Terceira.

O liberalismo português, que surge entre convulsões políticas e sociais, consubstancia-se no pensamento e mentalidade do Romantismo que no período pós-Napoleónico havia tomado a Europa, colocando de um lado um sentido épico da Lei e do Direito como governo das nações e do outro regimes autocráticos que haviam sobrevivido aos efeitos da Revolução Francesa e das Guerras Napoleónicas.

Este Cerco do Porto, que decorreu entre 1832 e 1833, permitiu a D. Pedro e ao seu pequeno exército, fortificando-se dentro desta cidade, resistir um ano, enfrentando o exército miguelista, dez vezes superior, que rodeou a cidade num *anel de ferro*, que também assolou o Norte de Portugal e se estenderia ao resto do País.

A resistência tenaz deste bastião, esmorecendo o adversário, permitiu, em condições mais favoráveis, o avanço sobre a capital do Reino, fechando esta primeira fase da implantação do liberalismo em Portugal com a Convenção de Évora-Monte, em 1834.

Os relatos e crônicas, nacionais e estrangeiras sobre as Guerras Liberais, entre 1832 e 1834 constituem uma parte importante na historiografia nacional, defendendo diferentes pontos de vista, em campos opostos.

Na maioria das obras consultadas, assim como em documentos manuscritos e contemporâneos da Guerra Civil, como também este conflito é conhecido, ressaltam sempre, justificando a sua importância, plasmadas nas memórias da guerra fratricida, as linhas de fortificação, as batalhas e combates e o modo como foram vividas, dia após dia, nos dois lados desta campanha.

Foi uma tendência, até ao fim do século XIX e primeira metade do século XX, dar mais destaque às vitórias liberais e aos seus pormenores, sendo amplamente descritos, o estado e a evolução quotidiana das linhas defensivas de D. Pedro em muitas publicações oficiais e narrativas, especialmente profícuas da parte de oficiais ingleses ao serviço do Exército Libertador como William Bollaert, Lloyd Hodges, Charles Shaw, Lovell ou Charles Napier.

Neste texto que apresentamos optamos por uma metodologia descritiva das operações militares que levam ao Cerco do Porto entre 1832 e 1833 e as relacionadas com o teatro de guerra a Norte, com incidência no Minho, já em 1834. Por razões de espaço e contexto, não abordaremos as operações em Lisboa, Vale do Tejo e Sul de Portugal. Também convirá esclarecer que seguindo linhas de pensamento que irão configurar em novos e atualizados estudos, advindos do agora iniciado Bicentenário da Revolução Liberal de 1820, a Guerra Civil terá os seus primeiros acontecimentos a partir do golpe Liberal, falhado, da *Belfastada* em 1828, na tentativa de derrubar o governo absoluto de D. Miguel, ele próprio alçado ao poder por via do golpe de natureza militar. Na verdade, será um Exército Português que se irá *partir* em dois.

As operações militares do Cerco do Porto

O Cerco do Porto, de 1832 a 1833 é um momento fulcral de uma Guerra Civil que se pode considerar iniciada na *Belfastada* de 1828. Haverá que ter em a falhada sublevação Liberal de 1828, com os resultados trágicos que a História regista com mais ênfase nas execuções dos 12 Mártires da Liberdade, na cidade do Porto. Os relatos e crónicas sobre o Cerco do Porto, entre 1832 e 1833 constituem uma parte importante na historiografia nacional, mas urgindo novas revisitações em tempos do Bicentenário de 24 de Agosto de 1820. Foi uma tendência natural, até ao fim do século passado, dar mais destaque às vitórias liberais e aos seus pormenores, sendo amplamente descritos, o estado e a evolução quotidiana das linhas defensivas de D. Pedro em muitas publicações. Um dos melhores exemplos é a *Chronica Constitucional do Porto* publicada entre 1832-1833 e que, na abertura de cada número, dava conta do quotidiano de D. Pedro, que visitava diariamente as linhas, acompanhando de perto as obras de fortificação, ordenando constantes aperfeiçoamentos na preparação do Porto para um duro e prolongado cerco.¹

Do lado de D. Miguel levantaram-se extensas linhas de cerco a norte do rio Douro, que assumindo uma forma parecida com uma ferradura, fecharam o Porto nos seus extremos, a oeste, norte e leste numa extensão superior a 12 km. A sul do rio Douro, os miguelistas ergueram também poderosas baterias, como a de Sampaio e Trovão, que flagelavam as encostas densamente habitadas do Porto e o reduto liberal do Convento da Serra.

1 Porto, 25 de Agosto. O Senhor Duque de Bragança sahio hoje às cinco horas da manhã acompanhado do seu Estado Maior e do seu Guarda Roupas. Foi examinar a bateria da Torre da Marca, na qual or denou novos trabalhos depois seguiu as Linhas do Centro para a direita até ao Sitio d'Agoa-Ardente, em cujo lugar se ouvia o fogo de mosquetaria dos rebeldes, que daquelle ponto até aos Congregados tentavão um reconhecimento. S.M.I. correu a bateria dos Congregados e viu que inimigo se escondia por detrás de uma casa. Então o Senhor Duque fez pontaria à casa com uma peça de 24, largou fogo, e a casa cahio a terra. S.M.I. fez segundo tiro e a bala se escondeo no pinhal. Fez ainda terceiro tiro e a bala cahio no meio de uma columna inimiga, que debandou. S.M.I. voltou ao Paço pelas nove horas. Às onze trabalhou com os Ministros de Estado, até à uma hora. Às duas trabalhou no seu Gabinete com o Senhor Conselheiro C.J. Xavier, Seu Ajudante, até às três e meia. Às cinco Tornou a sair acompanhado do Snr. Pina Ajudante de Campo de Serviço, Snr. Pimentel, do Snr. Baptista Lopes, e correu novamente as Linhas da direita fazendo novas observações; Recolheu-se pelo Forte da Torre da Marca, e chegou ao Paço às oito horas da tarde. S.M.I. goza de perfeita saúde. In *Chronica Constitucional do Porto*, 26 de Agosto de 1832

Desde o desembarque liberal de 8 de Julho de 1832, entre Arnosa de Pampelido e Mindelo, que era evidente a desproporção existente entre os dois exércitos antagónicos. Na verdade, o exército de D. Miguel ascendia a quase 80.000 homens em forças de primeira e segunda linha, espalhados por todo o Reino, dos quais 30.000 soldados, formados em 4 divisões e uma brigada móvel, que cercariam o Porto, a partir de Agosto de 1832.² Por sua vez, as forças constitucionais não ultrapassavam os 9.000 homens, entre forças de 1ª linha, voluntários e auxiliares, muitos deles estrangeiros, e não tendo hipóteses de triunfar numa guerra de movimentos, barricaram-se no Porto e na Serra do Pilar, para resistir e aguardar a evolução dos acontecimentos.

Assim, a partir de Agosto de 1832, o Estado-maior liberal dá a ordem de fortificar a cidade, sendo a tarefa levada a cabo por uma série de engenheiros e sapadores militares sob o comando de Bernardo de Sá Nogueira e José Jorge Loureiro, que mobilizaram tropas e populares para levantamento de trincheiras, redutos, fortes e baterias, além de usarem todos os materiais disponíveis, desde pedra de demolições, madeiras, entulhos e terra. Para guarnecer estas linhas de defesa, o exército liberal, para além das três peças ligeiras com que desembarcara em 8 de Julho de 1832 e de algumas outras retiradas dos navios, recorreu às cinquenta peças e dois morteiros depositados no Arsenal do Trem do Ouro.³

Do lado miguelista tam bém se começaram a levantar extensas linhas de cerco e a seu favor tinham o tempo, a abundância de materiais e equipamentos, os milhares de homens, soldados e civis requisitados, que

2 *A primeira operação militar cosistiu num breve, mas incisivo ataque dos Caçadores do tenente coronel Schwalbach, no dia 10, contra umas forças miguelistas, que da margem Sul do Douro, hostilizavam o Porto, sendo logo expulsas de Vila Nova. Depois, mercê das novas providências sobre o recrutamento dos Batalhões Nacionais e de alguns reforços quando se chega a 31 de Julho de 1832, o Exército Constitucional contava já um total de 9.285 homens, sendo 548 oficiais, 565 sargentos, 205 músicos corneteiros e tambores e 7697 cabos, anspeçadas e soldados. Deduzindo daquele total 1786 homens, que faziam parte dos referidos Batalhões Nacionais, o verdadeiro exército de D. Pedro destinado às operações ofensivas era formado por 7499 homens (...)* in Ferrão, 1940: 300.

3 Meireles, 1840: 63-64.

levantaram rapidamente baterias, fortes e redutos, de onde partiram as colunas de ataque e os bombardeamentos constantes à cidade.⁴ Os miguelistas aproveitaram-se de ótimas posições estratégicas, como o Castelo de Gaia, que não puderam ser guarnecidas pelos liberais devido à minguagem de tropas, insuficientes para se fixarem em locais afastados das suas posições na cidade. Perante a situação, D. Pedro e o seu Estado-Maior fazem acelerar o levantamento das linhas defensivas do Porto, sabendo da concentração sucessiva de tropas miguelistas, sob o comando de vários generais.

Um dos problemas com que se debatia o exército liberal era pôr em condições de funcionamento as cerca de cinquenta bocas de fogo retiradas do Trem do Ouro, uma vez que provavelmente careciam de reparos que lhes permitissem ser colocadas em bateria.⁵ Uma situação destas obrigava à rápida construção de reparos simples e toscos, mas que se exigiam sólidos.⁶

A 19 de Agosto de 1832, estavam avançadas ou já concluídas as baterias liberais da Lomba, Quinta da China, Bonfim, Sério, Congregados, Aguardente, Monte Pedral, Carvalhido, Bom Sucesso e Cemitério dos Ingleses. Por falta de homens e de artilharia, os altos da Bandeira, do antigo Castelo de Gaia, da Afurada e da Pedra do Cão, ao sul do Douro, não puderam ser guarnecidos pelos homens de D. Pedro. Assim ficou isolado o famoso reduto do Convento da Serra do Pilar, onde menos de 1.000 homens, os chamados

4 (...) tinham madeira e pedra a preço de o carretar. Começaram a edificar reductos e linhas de circunvalação, cercando a cidade em feição de ferradura de cavalo. As ondas de uma barra difficultosa e intrincada quasi fechavam tanto a circunferência, que somente ficou o Castello da Foz, a mais de um tiro de espingarda da costa pelo qual os liberais tinham que comunicar com os seus recursos em mantimentos e munições de guerra e reforços; das quaes dependiam sua causa, e a existência do seu Reino Lilliputiano. In *Historia do Cerco do Porto: a guerra civil em Portugal, o Sítio até à morte de D. Pedro IV* (1870). Porto: Typ. Empreza Popular.

5 O reparo é o suporte de uma boca de fogo de artilharia para a movimentar e apontar, limitar o recuo e, eventualmente, transportar, existindo os reparos de campanha com grandes rodados e de sítio para posições fixas.

6 (...) Assim, com tal vigilância, as fortificações progrediram enorme e rapidamente. Quando se chega a 14 de Agosto já estavam concluídos os novos baluartes da Foz e muito melhorados os que já há tempos existiam. Logo a 11 desse mês era nomeado comandante interino do Castelo de S. João da Foz o tenente coronel José da Fonseca. In Ferrão, 1940: 346.

Polacos da Serra, ficaram cercados um ano. Ali ficou conhecido o Brigadeiro José António da Silva Torres (Barão do Pico de Celeiro), que foi nomeado governador e comandante do baluarte a 9 de Setembro de 1832.

No mês de Agosto de 1832, com o Porto e o Convento da Serra do Pilar sob cerco, já a linha entre o Bonfim e a Aguardente, que ainda não estava concluída, foi atacada no dia 25 por uma forte coluna miguelista que avançou sobre os pontos fortificados de Aguardente e Congregados. As baterias lá posicionadas ripostaram, fazendo-os recuar.⁷

No decurso deste esforço de defender a cidade, o reduto da Serra do Pilar ia-se fortificando conforme era alvo de ataques contínuos do exército de D. Miguel, estando constantemente exposto a forte bombardeio das baterias miguelistas postadas em Vila Nova de Gaia. O primeiro ataque em força contra as posições liberais na Serra deu-se a 8 de Setembro de 1832, quando estavam ainda a iniciar as suas obras de fortificação. Neste dia começou o primeiro de muitos assaltos e ataques àquele reduto, cuja importância estratégica obrigou o exército miguelista a empregar grandes contingentes de tropas e sofrendo pesadas baixas.⁸

Era sob repetidos ataques e fogo de artilharia e de armas ligeiras que os trabalhadores e sapadores dos dois exércitos levantavam as fortificações. Constantemente alvo de requisições, tinham que se apresentar às obras, por vezes sob coação armada. A documentação coeva é a prova da necessidade constante de homens para as fortificações e revela-se um património documental precioso, principalmente os manuscritos em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto. São séries documentais relativas aos primeiros decénios do século XIX, passando, obviamente, pelo período do Cerco do Porto. O *Livro de Próprias* nº 26, a 10 de Agosto de 1832, refere-se

7 (...) Assim, a 14 de Novembro as tropas de D. Pedro efectuaram uma sortida com um destacamento de mil e tantos homens, que transpondo o Douro, na Quinta da China, foram pela ladeira de Quebrantões reunir-se a 600 homens da Guarnição da Serra, a fim de atacarem a direita miguelista para afastar o inimigo das adegas de Vila Nova, donde devaim trazer algumas dezenas de pipas de vinho para exportar para Londres. O inimigo abandonou então uma bateria em face da Serra, recolhendo ao Alto da Bandeira. In Ferrão, 1940: 445.

8 Ferrão, 1940: 317

a uma das ordens emanadas para o início das fortificações do Porto, onde o Conde de Vila-Flor, por meio de José Jorge Loureiro, Quartel Mestre General, solicita à Câmara Municipal que faça apresentar para serviço nas fortificações 1.000 pessoas com ferramenta apropriada (pás, enxadas e picaretas).⁹ Do mesmo Livro, a 15 de Agosto de 1832, José Jorge Loureiro, de novo dirigindo-se à Câmara Municipal, insiste na necessidade de os contingentes de trabalhadores para as fortificações serem enviados com regularidade e acompanhados de listas nominais remetidas aos engenheiros encarregados dos distritos militares, sendo ainda os turnos de trabalho ampliados de 1 para 3 dias. Isto significa que havia deserções e absentismos, o naquele período seria fatal ao andamento dos trabalhos, devido à rápida concentração das tropas miguelistas à volta da cidade. Era premente que os redutos e baterias estivessem concluídos porque estas necessitavam de parapeitos sólidos onde estivessem abertas canhoneiras devidamente orientadas e com plataformas para os obuses e para os morteiros. Por isso, na documentação analisada, existem pedidos concretos de pessoal ou materiais para determinadas baterias, o que demonstra a sua importância naquele momento.¹⁰ Contudo, verificamos que a comissão da Câmara Municipal afirmava não ter poder para compelir as pessoas ao citado serviço, embora, no *Livro de Próprias* nº 26, nos registos de 21 de Agosto do mesmo ano, a esta mesma comissão seja solicitado o envio de mais trabalhadores para se apresentarem no Monte Pedral e Aguardente. A provar a urgência de finalizar as fortificações, a 25 de Agosto este sector foi atacado por uma coluna inimiga, embora sem sucesso.¹¹

9 Dinis, 1967: 211.

10 *Copiador dos Offcios Avulsos* nº15, 1826-1832 (AHMP): fl 97-97 verso.

11 (...) O Serviço Nacional e segurança pública exige o maior número de braços para os empregar nas Fortificações da Cidade, e a quem melhor os pode expedir, que a Câmara Municipal da mesma, dirigindo-me ao seu digno Presidente, sempre prompto a dar evidentes provas de patriotismo. O número de obreiros, que for possível conseguir, devem ser apresentados no sítio da Aguardente e no Monte Pedral aos officiais que alli dirigem os trabalhos. Carta de 21 de Agosto de 1832 dirigida ao Presidente da Câmara Municipal do Porto por José Dionísio Serra, Major Comandante de Engenharia. In *Livro de Próprias* nº 26 Julho –Dezembro de 1832: fl 140

Nos inícios de Setembro, os miguelistas começavam a fazer fogos contínuos de artilharia para o Porto, a partir da margem sul do Douro. Noutras áreas da cidade, ao norte do Douro, o exército de D. Miguel erguera pontos fortificados, particularmente o Monte do Covelo e zona de Paranhos, que ameaçavam seriamente a linha defensiva liberal situada em frente àqueles pontos.

Tal justificará o assalto das tropas constitucionais a 16 de Setembro de 1832, contra estas obras e destinadas a destruí-las, o que de início foi conseguido. Mas o contra-ataque de uma brigada de infantaria miguelista fez com que os liberais se retirassem desordenadamente em direção às suas linhas, mais recuadas no terreno. Este facto originou a tomada temporária do disputado reduto das Medalhas pelos miguelistas que perseguiram a retirada liberal, mas que depois foram desalojados por duas companhias de infantaria 18 e duas de infantaria 3.¹²

Apertando-se o cerco à cidade por parte do exército miguelista, é natural que este tentasse também fechar o acesso aos navios através da barra. No início do cerco, para estender a linha até S. João da Foz, os liberais verificaram que não havia guarnição suficiente para esse intento. Contudo, não o fazendo, perderiam o seu único elo com a orla marítima, por onde chegavam armas, munições, têxteis para fardamentos, mantimentos e outros bens de primeira necessidade. Em Janeiro de 1833, depois da chegada de Saldanha ao Porto, D. Pedro encarregou-o de realizar a extensão e alargamento da linha defensiva até ao mar, para evitar o estrangulamento da cidade. Fez-se também a dilatação do exterior da linha desde o Monte Pedral ao Carvalhido, Prelada, Mirante, Ramalde, Lordelo, Monte do Pasteleiro, diretamente até à Senhora da Luz, sobre a praia. Ficou assim livre à circulação a estrada de S. João da Foz para o Porto, o que não obstava a que fosse arriscado lá transitar, devido ao intenso fogo do inimigo.

Construindo as fortificações debaixo de fogo, os liberais obrigaram os miguelistas a abandonar as posições da Luz, Pasteleira e Mirante, logo guarnecidas por tropas constitucionais, sobretudo por forças escocesas sob

12 Soriano, 1890: p 81-82

o comando do Major Shaw. O exército miguelista teve que se reposicionar nos poderosos redutos do forte do Castro, forte da Ervilha e forte de Serralves, que cobriam uma larga área desde a Pasteleira até à Foz do Douro, ameaçando a circulação de navios na barra do rio assim como a estrada do Ouro que ligava a Foz ao Porto e era a única via de abastecimentos à cidade.

Dos fins de 1832 aos inícios de 1833, a situação no Porto deteriorava-se rapidamente no que respeitava às condições de vida, com um cerco cada vez mais rigoroso, e especialmente pelos bombardeamentos das baterias miguelistas da Furada, Pedra do Cão e Sampaio. Todas elas faziam fogo sobre a entrada do rio Douro e desembarcadouros da Foz, ao mesmo tempo que a situação se agravava devido à invernias e ao estado do mar. Após a batalha de 29 de Setembro, em que as tropas miguelistas carregando pela Quinta do Bispo e Prado, penetraram quase 700 metros para dentro da zona que é hoje o Campo de 24 de Agosto, as fortificações liberais ao norte e ao sul do Douro foram reforçadas e fortalecidas. Além disso levantaram-se novas posições de artilharia para reforço do fogo de contrabateria às estruturas de cerco miguelistas que também se ergueram a fim de aumentar os bombardeamentos contra o Porto e o Convento da Serra. Assim, os liberais construíram as baterias do Cónego Teixeira, da Arrábida e do Ouro para bater as posições miguelistas ao sul do Douro, desde Santo António de Vale da Piedade até à bateria de Sampaio, estas que flagelavam os caminhos entre o Porto e a Foz.¹³

Os habitantes do Porto adaptaram-se às vicissitudes da vida sob cerco, pois habituaram-se à rotina dos bombardeamentos feitos às horas mais incómodas: à hora das refeições, nas horas de missa ou ao recolher. Para proteção das casas utilizavam-se couros crus, que abundavam na cidade, e que eram espalhados pelos soalhos das salas, para amortecerem o impacto de granadas ou balas rasas. No entanto, mais tarde abandonaram-se os couros devido ao cheiro intenso que provocavam.¹⁴

13 Ferrão, 1940: 433.

14 *História do Cerco do Porto* (1870): 42.

De acordo com a investigação do Professor Aníbal Barreira¹⁵ as zonas mais atingidas pela artilharia Miguelista eram os bairros na encosta norte e baixa do Douro, levando ao deslocamento de numerosas famílias para zonas mais altas e afastadas do rio, pois a norte a concentração da artilharia Miguelista era menor, embora o grosso das tropas de infantaria absolutista se encontrasse distribuída em três divisões que iam do vale de Campanhã até S. Mamede de Infesta. O aumento dos bombardeios e combates de infantaria nas linhas conduzia a um crescente número de baixas, entre vítimas mortais e feridos, com uma cada vez maior sobrecarga dos hospitais principais, dos hospitais de campanha e de sangue. Esta sobrecarga sobreveio sobre os cirurgiões militares e civis, nos médicos ou facultativos, nos boticários e nos enfermeiros militares. Durante o Cerco do Porto chegou a ser criada uma Companhia de Ambulâncias como uma unidade de voluntários de combate, e que eram maqueiros e socorristas embora armados com mosquetes e baionetas como os seus camaradas das outras unidades de combate regulares e de voluntários. Os fundos arquivísticos, nomeadamente os Livros de Lembranças da Misericórdia do Porto deixam perceber essas dificuldades de atender com eficácia ao crescente número de baixas militares do exército Liberal e mesmo de feridos do exército Miguelista recolhidos nas zonas de combate. Mas as entradas de feridos militares e civis e dentro do contexto operacional do Cerco eram, sobretudo, devido aos efeitos dos duelos de artilharia entre os dois lados da contenda. As narrativas são claras quanto à estratégia Miguelista de bombardear indiscriminadamente a cidade, não só as linhas defensivas, mas os bairros onde se aglomerava a população civil e aqui voltamos a referir o trabalho do Professor Aníbal Barreira onde se pode verificar uma extensa relação de locais atingidos pelo fogo de artilharia. Para além de uma evidente tentativa de desmoralizar a população civil, tanto a nível dos estragos materiais como o de causar baixas mortais ou saturar os hospitais, como os da Misericórdia, com feridos de vários níveis de gravidade, tal levava ao desgaste dos serviços de saúde já sobrecarregados com as baixas em combate. O Estado maior

15 Barreira, A. (2002) *A Assistência Hospitalar no Porto 1750-1850*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Miguelista tinha a noção, através de informações chegadas por desertores ou infiltrados que muitas habitações da cidade serviam de aboletamento às tropas do exército Liberal, tanto as de linha como as unidades de voluntários, sobretudo as guarnições das baterias de artilharia que se estendiam desde o Seminário até à Arrábida e mesmo as pequenas povoações da Cantareira e Lordelo que suportavam as linhas na Pasteleira, o que levava a que se dirigissem os fogos de artilharia para esses locais. Na obra do Professor Aníbal Barreira *A Assistência Hospitalar no Porto 1750-1850*, publicada em 2002, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, podemos verificar através das listagens levantadas sobre os danos provocados pela artilharia Miguelista (páginas 330-335) que as maiores incidências de áreas bombardeadas verificaram-se nas zonas expostas na margem norte do Douro, no Muro da Ribeira e nas Ruas da Bainharia, Belomonte, Congostas, Flores, Ingleses, São João, Mercadores, Chã, Souto, Taipas e Cimo de Vila, estando também registados vários impactos na própria Igreja e Secretaria da Misericórdia do Porto à Rua das Flores e no Hospital de Santo António, constata-se que os artilheiros Miguelistas não só dirigiam fogo de bateria à margem norte do rio, mas com obuses e morteiros de grande calibre estendiam o fogo para setores mais para o interior da cidade como é o caso da Rua de Cedofeita, cujos estragos assinalados nos edifícios com os números de polícia registados desde o número 22 até ao 265, perigosamente próximos do palacete, hoje o nº395, para onde D. Pedro havia sido *levado*, depois de quatro meses a residir no palácio dos Moraes e Castro, vulgo Carrancas e antes que este ficasse sob a mira da peça *Paixhans*, postada em Vila Nova de Gaia. Pomos aqui a hipótese de que o bombardeio a Cedofeita estivesse a ser levado a cabo pela peça *Paixhans*, cujo calibre de 22 cm e com a carga máxima de 8 kg de pólvora negra poderia projetar um projétil de 30 kg a mais de 2.000 metros a partir do Candal em Vila Nova de Gaia. A estas peças juntavam-se os obuses e morteiros de grande calibre, normalmente de 15 libras, que com o seu tiro curvo poderiam bater o interior do Porto ou parte mais altas como atestam os impactos à zona da Cordoaria, com 15 impactos, incluindo o Hospital de Santo António, este já repleto de doentes e feridos em combate, e o Recolhimento das Velhas. O setor dos Clérigos foi atingido 5 vezes incluindo a Torre dos Clérigos e mais abaixo o

enfiamiento dos fogos Miguelistas varreu a Rua do Almada 17 vezes, desde o nº3 ao nº 365. Com a depressão do terreno na zona da Igreja e Convento dos Congregados e a Praça Nova, onde os Liberais haviam instalado paióis e um hospital de sangue registaram-se poucos impactos, mas porque este local estava protegido pela elevação da encosta do Corpo da Guarda e dos casarios que entre Santa Clara e a Sé desciam em ruas íngremes até ao Rio Douro. As fontes levantadas pelo Professor Aníbal Barreira, sobretudo as listagens respeitantes à *Comissão de Liquidação de Perdas e Danos. Bairros de Cedofeita, Santa Catarina e Santo Ovídeo*, do AHMP, são fundamentais para se entender o quotidiano de guerra da cidade cercada, não nos combates de infantaria junto aos perímetros defensivos, mas sobre quase todo o tecido urbano do Porto de 1832. É interessante interpretar os dados que oferecem as listagens referentes ao número de internados nos Hospitais Cíveis de Santo António, este da responsabilidade da Misericórdia do Porto, Terço e Carmo, não contando com os internados nos hospitais de sangue como os situados na Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto, no palacete de Manuel Pedro Guedes da Silva da Fonseca (conhecido hoje como Palácio da Batalha) na igreja dos Congregados à Praça Nova, no Convento de S. Lourenço (Grilos) . Em 1832, os três hospitais cíveis ainda registam um número de internados relativamente baixo, ou normal, mesmo em relação a nos anteriores (basta verificar que em 1811, em plena Guerra Peninsular o Hospital de Santo António tinha 5273 internados). Em 1832, não se especificando se o fluxo de internados se intensifica a partir da entrada do exército de D. Pedro no Porto e o início do cerco, o Hospital de Santo António registou 2882 doentes, o Hospital do Terço 103 e o Hospital do Carmo 335 registos. De notar que até ao fim daquele ano as operações militares, para além da construção acelerada das linhas defensivas Liberais e das linhas de cerco Miguelistas, e da chegada gradual da artilharia de sítio ou de cerco de grande calibre para as baterias absolutistas, a campanha pautou-se por combates de infantaria como as incursões Liberais a Ponte Ferreira, Souto Redondo e Grijó ou a chamada Batalha de 29 de Setembro de 1832. Neste período ainda estariam a ser usadas peças de campanha de 3, 6 e 12 libras e obuses de 6 e 5,5 polegadas, tanto de um lado como do outro, com efeitos limitados em distância de tiro e capacidade destrutiva.

Assim, pesem as baixas elevadas que são descritas tanto nas narrativas nacionais como estrangeiras, será de levantar a hipótese de que os feridos em combate ainda seriam encaminhados para os hospitais de campanha e de sangue que não os hospitais civis, o que indicia questões de vária ordem, desde a capacidade de acolher e tratar feridos militares, o seu regime de tratamento e estadia no que respeita a como o Estado ressarcia as Ordens proprietárias dos hospitais de Santo António, Terço e Carmo e em que condições se comprometiam a receber os feridos em combate e como agir no caso de falecimento dos mesmos. O ano de 1833 já apresenta um panorama diferente, devido ao já referido reforço da artilharia de cerco Miguelista. Na listagem elaborada pelo Professor Aníbal Barreira para o ano de 1833 o Hospital de Santo António já tinha registado 5207 internados, o Hospital do Terço 182 e mesmo o Hospital do Carmo aumentou para 592 internados, para além da situação de números não identificados, para já, dos instalados nos hospitais de sangue e de campanha.

Durante o cerco, convergiram para o Porto tropas de reforço miguelistas vindas de Lisboa, Alentejo e Algarve, nomeadamente Infantaria 16, 1 e 14, Voluntários Realistas de Portalegre e Lamego, unidades de artífices engenheiros, etc. O exército miguelista continuava a estar dividido em quatro divisões operacionais, ocupando locais que podem ser observados na *Carta Topographica das Linhas do Porto*. Assim, a primeira divisão era comandada pelo brigadeiro José António de Azevedo Lemos, que se situava na margem esquerda do Douro, desde Avintes até à Foz, entre as baterias da Pedra do Cão e Cabedelo. Esta divisão era constituída pelas tropas chegadas de Lisboa e que haviam sido distribuídas pelo mirante do Boucinha, campo da Barrosa, no Verdinho e altos do Candal. A segunda divisão tinha no comando o tristemente célebre Teles Jordão (que havia sido comandante do Forte de S. Julião da Barra, onde foram severamente maltratados presos liberais). Esta divisão ocupava o perímetro desde a Senhora da Hora, Ramalde, Padrão da Légua e S. Mamede de Infesta, estando o comando sediado em Custóias. A terceira divisão era comandada pelo Marechal de Campo Augusto Pinto de Moraes Sarmiento. Esta divisão estava posicionada desde a estrada de Braga até à de Valongo. Ocupava ainda as posições da Arroiteia, Cruz da Regateira, Águas Santas, Areosa, Contumil e Sobral. A quarta divisão, sob

o comando do Coronel António Joaquim Guedes, alongava-se da estrada de Valongo até ao rio Douro. O Quartel-general situava-se no alto de Rio Tinto. Ao sul do rio Douro manobrava ainda uma coluna móvel comandada pelo Brigadeiro Nicolau de Abreu, que desde Setembro de 1832, tinha sido reforçada com sete peças de artilharia de calibre 12, dois obuses e mais uma peça de calibre 6.

A 8 de Novembro de 1832, a bateria da Furada, já concluída, bombardeava os navios fundeados no rio, a praia da Cantareira e o Trem do Ouro, onde estava um dos arsenais das tropas liberais. A 11 de Novembro, as duas baterias da Pedra do Cão e a enorme bateria de Sampaio ficaram também operacionais, batendo a entrada da barra, o Castelo de S. João da Foz e os seus acessos. Enquanto isso, D. Pedro e o seu Estado-Maior, dando conta do reforço miguelista que se estava a verificar, ao norte e ao sul do rio Douro, decidem fortificar o Monte da Senhora da Luz e respetiva povoação, guarnecendo-as com forças do batalhão francês e os Voluntários de Fafe.¹⁶ A posição do Convento da Serra do Pilar também continuava a ser severamente atacada. Entre 13 e 14 de Outubro de 1832, após um período de inércia por parte dos miguelistas, que se recompunham da derrota de 29 de Setembro, foi lançado um pesado bombardeamento contra o reduto da Serra, desde a madrugada de 13 até às duas da tarde do dia 14, ou seja, trinta e três horas do fogo de quatro baterias de peças e uma de morteiros e obuses, preparando um ataque e realizando um amaciamento de posições. Foi acometida a Serra com uma força de 7.000 homens, que a coberto do fogo de artilharia de campanha, se dividiu em três colunas de ataque. Uma atacou a Eira, outra o centro da Cerca e a terceira irrompeu pela Calçada de Vila Nova. Os choques foram sucessivamente repelidos com pesadas baixas de ambos os lados.

A Serra do Pilar voltou a ser atacada a 24 de Outubro de 1832, e de novo os miguelistas foram repelidos. Sem dúvida que a artilharia do Convento da Serra, em conjunto com a das baterias liberais ao norte do Douro, que

16 Ferrão, 1940: 436.

lhes cobriam os flancos a leste e oeste, permitiu retardar e travar as colunas de infantaria miguelista.¹⁷

As pesadas baixas infligidas ao exército miguelista pela guarnição da Serra do Pilar, em todos os ataques anteriormente referidos, não vão impedir mais um ataque a este Convento, que aconteceu a 4 de Março de 1833, com um bombardeamento prolongado de todas as baterias posicionadas em redor do seu perímetro. Isto significa que o fogo de posição partia das baterias de Campobello, Forte do Castro, bateria Nova, bateria do Pinhal Miúdo, bateria da Fonte Santa e bateria do Pinhal de D. Leonor, conforme se pode constatar na Carta Topográfica do Coronel Moreira.

A partir do ano de 1833, com a chegada de Saldanha ao Porto, as acções parecem tomar nova feição, depois do reforço das linhas no lado oeste do Porto (S. João da Foz). Já antes se tinha tentado um ataque à posição fortificada do Monte do Castro, que dominava, com fogo de artilharia, os movimentos liberais em S. João da Foz. Esse movimento, realizado em 24 de Janeiro desse ano, sob o comando do Barão de Solignac, fracassou, causando pesadas perdas aos liberais (252 homens).¹⁸ Luz Soriano afirma, na sua obra, que as medidas tomadas por D. Pedro quanto à mobilização e ao reforço de tropas na cidade e no Convento da Serra, resultaram que de Novembro de 1832 a Janeiro de 1833, o efetivo total das tropas liberais passasse de 12.591 para 17.688 homens, abundando um grande número de unidades de voluntários.¹⁹ Chegou-se a falar, inclusive, no projeto de se criarem unidades femininas para apoio às tropas e aos feridos. Cremos nós que este projeto foi pensado à semelhança das *vivandières* do exército francês da época, acompanhando os corpos de exército para a frente do combate. Soriano afirma igualmente que os bombardeamentos aumentavam conforme os miguelistas se apercebiam de quanto lhes seria difícil penetrar na cidade. De facto, desde sempre, os bombardeamentos a cidades cercadas, para além de visarem estragos materiais, pretendiam afetar

17 Meireles, 1840: 83-86.

18 *História do Cerco do Porto* (1870): 38-39.

19 Soriano, 1890: 225-226.

o estado de espírito moral dos habitantes. Segundo este autor, os bairros de Santo Ildefonso e de Cedofeita, durante algum tempo, estiveram a salvo do fogo de artilharia miguelista, o que levou a que muitas famílias do Porto para lá migrassem. Contudo, entre Fevereiro e Março, surgiram ao sul do Douro, novas baterias que, aproveitando as elevações do terreno, batiam já todos os pontos da cidade. Também Hugh Owen²⁰ confirma que as baterias miguelistas ao sul do Douro tinham incrementado a sua ação naqueles meses iniciais de 1833, nomeadamente a bateria do alto de Gaia (Castelo de Gaia), que agora alcançava todas as ruas da cidade com o fogo das suas peças. Era uma excelente posição de artilharia que não pudera ser ocupada pelos liberais no início do cerco do Porto. Contudo, os liberais deslocaram artilharia pesada para o designado Paço do Bispo para contrabater o fogo vindo do Castelo de Gaia, com resultados que segundo escritos da época, obrigavam os artilheiros miguelistas a carregar os morteiros e peças quase às escondidas e assim fazerem os disparos, mal apontados e imprecisos. À esquerda da linha (oeste) os miguelistas bombardeavam continuamente os pontos liberais, com o fogo de artilharia dos Fortes do Castro, Ervilha e Serralves, cujas localizações e articulação se podem constatar na *Carta Topographica das Linhas do Porto* com um amplo campo de tiro cobria toda a frente esquerda das linhas liberais desde o Forte da Luz até à *Flecha dos Mortos*. Sob este fogo de cobertura, a infantaria miguelista, organizada em colunas, avançou à carga. O reduto do Pinhal sofreu o primeiro embate, mas um destacamento de Infantaria 6, conteve o ataque, protegidos pelo reduto fechado e com cinco canhoneiras semi-circundantes puderam superar a vantagem numérica dos miguelistas. As forças miguelistas então tentam o reduto do Pasteleiro, mas sem sucesso, pois a artilharia em bateria e os já referidos foguetes de Congrève repelem o ataque. O Estado-Maior liberal decide então recuperar a valiosíssima posição das Antas que lhes permitiria enfrentar a linha de cerco miguelista daquela zona e que se estendia do Forte de Contumil até ao Acampamento do Sobral. Como referido acima as baterias miguelistas ao sul do Douro continuavam a bombardear a cidade e a causar graves prejuízos em bens e pessoas o que levou a criarem-se

20 Owen, 1915: 241-242.

comissões municipais e o Estado Maior para supervisionarem os estragos causados pelo fogo de artilharia das baterias miguelistas. Ficaram provas documentais deste tipo de preocupações:

“Para a Comissão para o recenseamento das perdas causadas pelo projecteis inimigos.

Illmos. Snrs. Tem esta Comissão a honra de participar a V. S^a que ella já fiserá em consulta sua à Augusta Presença e à de S. M. 1 cópia authentica do offício ou representação que V. Sas. lhe dirigirão para esse mesmo effeito em data de vinte e dois do corrente, podendo V. Sas. ficar na certeza de que ella lhes dará logo parte de qualquer resolução, que o Mesmo Augusto Snr. se dignar tomar a tal respeito. Outro sim participa a V. Sas. que já expedira as ordens necessárias para que quanto auto compareção perante V. Sas. os dois peritos, ou Mestres (Carpinteiro, e [?]) António José Correia e José Carlos Ferro, que se requisitão no seu outro offício de 24 do mesmo mês...”²¹

Este texto demonstra que eram requisitados mestres de ofícios como carpinteiros, pedreiros, não só para as fortificações, mas para a supervisão de obras de edifícios públicos e habitações afetadas pelo fogo de artilharia. Esta comissão para o recenseamento dos prejuízos causados pelos projéteis iria funcionar durante todo o Cerco do Porto, emitindo ofícios que vão datados desde Agosto de 1832 até Agosto de 1833 e chegam a especificar os locais atingidos ou donde foi disparado o fogo que provocou os estragos. Por exemplo, no *Livro de Próprias* nº 26, de Julho / Dezembro de 1832 e num Ofício camarário datado de 15 de Novembro, dava-se conta dos estragos causados no Convento de Santo Elói por uma granada de artilharia. Ainda no mesmo Livro, em 4 de Dezembro de 1832, afirmava-se que uma série de granadas atingiu o Convento de S. Domingos, provocando incêndios nos edifícios e armazéns contíguos, não só provocando estragos materiais mas também baixas entre a população civil e a guarnição. Nas séries documentais da época e atualmente depositadas no Arquivo Histórico Municipal do Porto, são frequentes os ofícios dando conta destas circunstâncias, o que prova que as baterias miguelistas ao sul e ao norte do Douro provocavam

21 *Coppiador dos Offícios Avulsos* nº17, 27 de Dezembro de 1832: fl 66 e 66 verso. (AHMP).

mais estragos do que a imprensa liberal (como a *Chronica Constitucional do Porto* ou o *Arauto Portuense*, entre outros impressos) pretendia fazer crer. De facto, a guerra civil de 1832-1834 não se fez somente com armas, mas também na imprensa e no plano editorial, tentando minar o moral do antagonista ou enlevar os seus próprios feitos.²²

Enquanto a população civil sofria as vicissitudes do cerco e da guerra, os combates nas linhas da frente prosseguiram, envolvendo todos os meios, estando a sorte dos combates dependente da resistência das sempre presentes baterias, fortes e redutos.

As fases finais do cerco ocorreram entre 10 de Abril de 1833 e até à batalha final de 25 de Julho desse ano. A 21 de Junho, sai para a costa do Algarve a pequena expedição liberal sob o comando do Duque da Terceira (com cerca de 2.500 homens) e que irá tomar parte no assalto a Lisboa.

No dia 5 de Julho, os miguelistas atacam em força a zona avançada de Lordelo, entre a Quinta do Vanzeller e a Casa do Plácido, com o fito de cortar a comunicação da cidade com S. João da Foz e com a fonte de abastecimentos dos liberais.²³ Também a norte da cidade, três colunas miguelistas avançaram sobre as linhas liberais no Monte Pedral, onde os piquetes tiveram de retirar devido à superioridade numérica do inimigo. Os miguelistas, contudo, foram expulsos por um destacamento de 200 homens de Infantaria 9, a coberto do intenso fogo de artilharia da bateria do Monte Pedral, que ficava mais acima do reduto do mesmo nome, das baterias de D. Maria II e de D. Pedro IV no Sério (Vale Formoso) e do Forte do Covelo, agora em posse dos liberais.²⁴ Além do fogo de artilharia, o batalhão de Empregados Públicos, representado por 100 homens, postou-se em linha

22 Veja-se a compilação de imprensa contida no catálogo *O Cerco do Porto. Exposição Comemorativa do 150º Aniversário* (1982). Porto, Casa do Infante.

23 Meireles, 1840: 127.

24 Estampa nº5 da Collecção de Plantas e Perfiz (...)

de atiradores desde o Monte Pedral até à Quinta da Prelada, apoiando Infantaria 9.²⁵

Os combates finais do Cerco do Porto ocorreram a 25 de Julho, antes de a frente da guerra se transferir para Lisboa e para o sul. Hugh Owen refere que os preparativos para o ataque miguelista já duravam há alguns dias, causando uma inesperada calma em que as próprias baterias estavam em silêncio.²⁶ A 24 de Julho, algumas famílias portuenses, que se tinham refugiado a bordo de navios surtos ao largo do Douro, voltaram para casa, perante a acalmia e não tendo em perspectiva mais nenhum ataque sério.²⁷

No entanto, o General Saldanha, que durante a noite, numa das suas rondas às linhas, havia ouvido à distância o rodar de reparos de artilharia e o deslocamento de tropas, dirigiu-se, na madrugada de 25, à bateria da Glória, para inspecionar a frente e confirmar as suas suspeitas de que os miguelistas estariam a concentrar tropas para um ataque. Assim, decidiu comunicar a iminência de um ataque em força dos miguelistas ao Duque de Bragança. D. Pedro, informado, deslocou-se à bateria da Ramada Alta para, pessoalmente, verificar a linha e as guarnições desde o Carvalhido até à Pasteleira.²⁸

Ao romper do dia, as posições miguelistas dos fortes de Serralves, Ervilha, Catro, das baterias do Verdinho, da Furada e outros pontos fortificados, começaram a bombardear as vias que da cidade conduziam para o sítio do Lordelo e Monte da Pasteleira, demonstrando que pretendiam evitar que os redutos liberais, naqueles pontos, fossem reforçados e que tinham em mente romper a linha naquele sector. O Marechal Bourmont, um veterano das Guerras Napoleónicas e da campanha da Argélia de 1830, agora ao serviço de D. Miguel e comandando as tropas, fez avançar a infantaria e a cavalaria, depois do bombardeamento. Eram oito colunas, num total de onze a doze

25 Marçal, 1957:9.

26 Owen, 1915: 290.

27 Ibidem: 219-296.

28 Meireles, 1840: 135.

mil homens, que deixaram os aquartelamentos entre as linhas situadas entre o Forte d'Arioza (Areosa), Forte de Lamas, Forte de D. Miguel, casas fortificadas da Arroiteia, Forte de Bulgos, Forte de Serralves, Forte da Ervilha e do Forte do Castro. Os miguelistas destacaram, ainda, uma pequena coluna sobre os lugares de Francos e da Prelada e outra coluna, com seis peças de campanha em apoio, foi direccionada sobre o centro e a leste da Quinta de Vanzeller.²⁹ Além disso, fizeram emboscar dois esquadrões de cavalaria num pinhal próximo. A terceira coluna, com um esquadrão de cavalaria, manobrou sobre Lordelo. As duas colunas mais fortes, com três esquadrões de cavalaria e dez peças de artilharia de campanha, apresentaram-se sobre a Pasteleira. Foi com este dispositivo ofensivo que as tropas de D. Miguel atacaram em força as linhas liberais desde o Carvalhido até a oeste da Pasteleira e a leste do reduto do Pinhal. Sobre a Quinta e reduto de Vanzeller, a carga miguelista foi intensa, em passo de carga, composta por três colunas cobertas por duas baterias de campanha. Os liberais, sobretudo escoceses, encurralados nos entrincheiramentos, após as primeiras descargas dos seus mosquetes, defenderam-se carregando à baioneta sobre o ataque miguelista, conseguindo tomar-lhes algumas peças de campanha. Os combates nas posições de Lordelo e Pasteleira mostraram-se igualmente duros, disputando-se duramente o terreno em torno dos dois contendores com pesadas baixas. De todas as posições citadas, foram os miguelistas rechaçados entre as 10 da manhã e o meio-dia. Um pouco mais tarde, a linha entre a Quinta da China e o Bonfim foi ameaçada pelos miguelistas, mas estes foram repelidos, apesar da retirada momentânea de alguns piquetes liberais.³⁰ Nesse momento, o próprio General Saldanha pondo-se à frente dos oficiais de Estado-Maior e vinte lanceiros, carregou sobre as tropas Realistas fazendo-as retirar.³¹ Do lado sul do Douro, o Barão do Pico do Celeiro (General Torres), vendo a batalha que se desenrolava no Porto, mandou a sua artilharia fazer fogo sobre as baterias miguelistas, que de

29 Valente, 1945: 129-130.

30 Soriano, 1890: 444-446.

31 Meireles, 1840: 143.

Gaia procuravam apoiar as operações dos seus camaradas no outro lado do rio. Do Convento da Serra saíram ainda três destacamentos contra os piquetes inimigos postados entre Quebrantões e Campo Bello. Devido ao assalto dos liberais, os piquetes miguelistas tiveram que abandonar muitos dos seus postos. Estas manobras fizeram com que, durante algum tempo, se dispersasse o esforço miguelista que estava concentrado a norte do rio, aliviando-se assim a pressão do ataque sobre o Porto.³²

Em todos os sectores, os liberais, a custo, conseguiram evitar a rutura das linhas, perante o ataque em massa das tropas do General Bourmont, que acabaria por ser derrotado, assim como o derradeiro projecto de D. Miguel para acabar com a resistência do Porto. Entretanto, Lisboa estava já nas mãos do Duque da Terceira.

O sucesso da resistência do Porto esteve em boa parte dependente do desempenho das fortificações que protegiam as linhas liberais. O cerco é finalmente levantado após o último combate no Porto em 18 de Agosto de 1833. A 17 de Agosto, os miguelistas a norte do Porto abandonaram as posições do Castro, Ervilha e Serralves e concentraram-se entre Contumil e as Antas. As posições abandonadas junto à Foz foram ocupadas de imediato pelas tropas liberais. Num movimento ousado, o Estado Maior liberal decide passar a uma inesperada ofensiva, mas projetando forças a longa distância. Assim saindo ao largo do Porto, zarpou para o Algarve a expedição do Duque da Terceira e seus dos 2.500 homens, escoltados pelo grosso da frota de guerra liberal, esta que viria a ter uma vitória retumbante, sob o comando do Almirante Napier, sobre a esquadra miguelista ao largo do Cabo de S.Vicente, no final de Junho de 1833. Toda esta arriscada movimentação de um pequeno efetivo liberal manobrando desde o Algarve até Almada culminaria com a entrada das tropas do Exército Libertador em Lisboa a 24 de Julho de 1833, a que se juntaria o insucesso da ofensiva Miguelista sobre o Porto, no dia seguinte, 25 de Julho, aliviando-se a pressão miguelista sobre a cidade. Já entrado o ano de 1834 com as operações militares principais a decorrer no Sul, nos teatros de operações de Lisboa e Ribatejo, foram lançadas novas ofensivas militares na

32 Ibidem: 145.

província do Minho, sob o comando do Almirante Charles Napier, tanto em operações navais como terrestres. No dia 23 de Março a fortaleza e vila de Caminha é tomada por Napier, assumindo o controlo do rio Minho. No dia 27 de Março o Coronel Sebastião Cabreira ocupou Santo Tirso, próximo do Porto e abriu caminho para Braga, que foi ocupada no dia 2 de Abril e no dia seguinte as forças Liberais sob o comando do Duque da Terceira entraram na enorme fortaleza de Valença do Minho, assegurando finalmente o Norte do país. A partir de agora, os Liberais puderam avançar para as províncias do centro de Portugal, onde se verificava uma forte presença Miguelista de tropas, milícias e de guerrilheiros. Após a captura de Valença, o Duque da Terceira liderou uma expedição em grande escala ao centro de Portugal e ocupou Viseu, Coimbra e Tomar. Apesar do seu grande número de simpatizantes e seguidores, o exército de D. Miguel, sob o comando do General Guedes, agora com grave falta de alimentos e munições, retirou-se para leste, enfrentando o avanço das forças de D. Pedro. William Bollaert, um oficial inglês ao serviço do exército liberal, faz um relato vívido sobre as operações militares do Duque da Terceira e descrevendo a ação de Charles Napier:³³

Este foi um caso de soldado inteligente, e por sua própria conta. Ele gostava, evidentemente, da estratégia e tática militar. Ele gostava de escalar fortalezas e outras operações semelhantes. No dia 23 de Março, Napier comunicou a D. Pedro: Eu tomei o castelo e a cidade de Caminha, e estou marchando sobre Vianna.(...)Seguindo o seu sucesso, ameaçou o governador de Valença, que se não se rendesse em duas horas, traria o seu “trem de bateria”. Ele não tinha uma arma. O “trem” era apenas um nome, o nome que ele deu, e que ganhou Valença. No dia 3 de Abril recebeu as chaves de uma fortaleza tão bem guarnecida e com artilharia, que deveria ter exigido 7000 a 8000 homens, com artilharia pesada, para a ter investido, pelo menos pro forma.

Das notas de William Bollaert:

Enquanto nós na flotilha estávamos a guardar o rio, o Almirante Napier foi com um esquadrão e tropas para o norte em Março. Ouvimos o seguinte da campanha do Almirante: - O governador espanhol de Vigo convidou Napier e os seus

33 Bollaert. W. (1870) *Wars of Succession of Portugal and Spain from 1826 to 1840 com resume of the political History of Portugal and Spain to the presente time*. Vol. I. London: ed. Edward Standford, Charing Cross.

principais oficiais para um jantar. O principal objectivo deste jantar era passar o vinho livremente, e quando o governador estava de bom humor, pedir-lhe autorização para desembarcar alguns homens em Vigo; com o seu consentimento, alguns oficiais iriam retirar-se e prosseguir a bordo, estando os homens que compunham a expedição nos barcos à espera de ordens. Iriam aterrar e marchar a toda a pressa para o rio Minho, a linha de fronteira. Tudo isto se seguiu sem perda de tempo. Napier colocou-se à cabeça deles, fazendo directamente para o ferry que conduzia sobre o rio Minho até Caminha. Ele cronometrou a sua marcha a ponto de chegar à margem oposta ao cair da noite, quando todos os barcos foram calmamente tomados de posse, e vários homens enviados para surpreender e capturar o piquete, se possível sem disparar um tiro. Todos estes movimentos foram facilmente realizados, já que não se esperava a travessia de Espanha por nenhum inimigo. A contra-assinatura foi extorquida por ameaças. Toda a força foi agora trazida para solo português, uma forte guarda foi enviada para a entrada desta cidade amuralhada; o sinal correcto foi dado, os portões foram abertos, e a guarda, apanhada de surpresa, rendeu-se sem disparar um tiro.

Segundo as recordações de Bollaert, Napier entrou na fortaleza com toda a sua força, tomando o arsenal principal, em frente ao qual se encontrava a casa do governador:

O governador, ao ouvir um invulgar ruído de homens a subir a rua, correu para a sua varanda, seguido do seu ajudante de campo, e ao ver as casacas vermelhas dos fuzileiros, gritou Miguelistas! Às armas! - Miguelistas! às armas! Um mosquete dos fuzileiros matou o governador e outro o seu ajudante de campoo, as duas únicas vidas perdidas na captura desta cidade fortemente fortificada. O arsenal foi imediatamente tomado e as suas armas apreendidas nas suas estantes. O lugar foi tomado. Um iate de pavilhão inglês, o “Scorpion”, carregado de armas pequenas para D. Miguel, e comandado pelo Tenente Whitaker, R. N., que tinha chegado de Inglaterra na véspera, tornou-se um prémio.

Cidade após cidade, algumas delas fortificadas, renderam-se a Napier *por carta*, como ele narrava. Com uma bandeira de tréguas, enviou as suas cartas aos vários governadores, exigindo a rendição no prazo de vinte e quatro horas, dizendo-lhes que a sua era apenas a guarda avançada. Estas autoridades sabiam da retirada dos Miguelistas do Porto e de Lisboa, e em Santarém. O Almirante Napier tinha conquistado a costa Norte, o Duque da Terceira e o General Torres faziam campanha com sucesso no Nordeste; o Barão de Sá da Bandeira, Bernardo de Sá Nogueira, estava no Sul a fazer

campanha nos Algarves e Saldanha, confrontando D. Miguel nas terras de Santarém. D. Pedro saiu de Lisboa para o Cartaxo no dia 9 de Abril, mas regressou imediatamente, tanto de má saúde como de mau humor. No dia 25 de Março, o famoso defensor do Convento da Serra, o agora General Torres, saiu do Porto com a maior parte da guarnição, uma vez afastada a pressão sobre a cidade. Enviou uma coluna para Braga, na aproximação da qual o Governador Miguelista Raimundo Jozé Pinheiro fugiu com o seu batalhão de monges voluntários, duas peças de artilharia, e alguma cavalaria, para Carvalho d'Este. Os Liberais, porém, tiveram de perseguir Pinheiro e as suas tropas para desimpedir a área. Torres teve agora de lidar com os postos avançados do General Jozé Cardozo em Santo Tirso, expulsando-os. No dia 2 de Abril, encontrou Cardozo colocado nas alturas do Lixa, onde atacou os Miguelistas, derrotando-o. Cardozo teve 112 baixas, muitos deles feridos, e perdeu as suas duas peças de campanha. Torres perdeu 100 homens, incluindo 12 oficiais. Os Liberais voltaram a confrontar-se com Cardozo na Ponte de Amarante, depois de terem atravessado o rio Tâmega. Os Miguelistas colocaram-se numa posição forte sobre a ponte. Aqui Torres recebeu ordens no dia 6 de Abril para entregar o seu comando ao Duque da Terceira, que tinha desembarcado no dia 3 de Abril no Porto, com o batalhão Caçadores 12. No dia 11 de Abril, ao amanhecer, uma parte da força de Terceira passou pelo Tâmega sob o comando do Coronel Queiróz. Uma outra força atravessou a ponte, apoiada pela sua artilharia, carregou o inimigo e desalojou-os. Os Liberais ganharam as alturas de Mesão Frio e com o combate a seu favor, tendo perdido três mortos e alguns feridos, enquanto o inimigo perdeu vinte mortos no campo, alguns feridos e 100 prisioneiros. Os Liberais também encontraram duas peças de artilharia e muitas munições. Terceira seguiu o seu inimigo pelo caminho da Régua, já na província de Trás-os-Montes, mas os Miguelistas conseguiram fugir para Vila Real. No entanto, o Duque ultrapassou-os no dia 30 de Abril em Castro d'Aire e derrotou-os em breve mas renhido combate. Os Miguelistas tiveram bastantes mortos e feridos e 120 prisioneiros e os restantes lograram retirar pela estrada de Viseu para Coimbra, na qual o Duque da Terceira entrou a 8 de Maio, expulsando-os novamente. As operações militares iriam definitivamente decorrer a sul do Tejo, com os combates de Pernes, Alcácer do

Sal ou as batalhas de Asseiceira e Almoester, terminando com a rendição de D. Miguel em Évora-Monte a 26 de Maio de 1834. Chegara ao fim a primeira Guerra Civil do século XIX português. Do Minho viria a segunda, alguns anos mais tarde, 1846, com a Patuleia.

Conclusão

Estava terminado o rigoroso cerco à cidade do Porto e ao Convento da Serra do Pilar, após doze meses e dez dias, que sujeitaram os habitantes aos intermináveis bombardeamentos, combates, árduas privações e as divisões sociais típicas de uma guerra civil. Tinha sido um ano debaixo do fogo constante de artilharia que lançava continuamente balas rasas, bombas, granadas e foguetes incendiários, indiscriminadamente, sobre alvos militares e civis. Viveram-se momentos de fome e surgiram epidemias como a cólera *Morbus*, que provocaram tantas vítimas como os combates em si. Tanto a guarnição liberal sitiada como o exército miguelista sitiante sofreram pesadas baixas entre mortos, feridos e mutilados provocados pelos combates, principalmente pelo fogo de artilharia das dezenas de baterias, fortes e redutos espalhados pelas linhas de D. Pedro e D. Miguel. O cerco afetou igualmente os trabalhadores civis, que durante este período erigiram e fizeram a manutenção das extensas linhas de fortificação de ambos os lados. Ao recordar as mortes e sequelas consequentes do conflito, pretende-se salientar a importância e memórias que as fortificações constituíram e como influenciaram o decurso dos acontecimentos e o resultado de muitos combates.

Apesar de ainda ter 18.000 homens nas fileiras, os oficiais de D. Miguel não estavam dispostos a arriscar uma batalha final, após quase dois anos de guerra, e D. Miguel foi induzido a procurar condições de capitulação. Renunciou a todas as reivindicações ao trono de Portugal e aceitou exilar-se. Tanto D. Miguel como D. Carlos partiram de Portugal de Sines, na fragata britânica *Stag*. D. Miguel acabou na Áustria via Itália - para nunca mais voltar. D. Carlos regressou a Espanha via Inglaterra. Em 20 de Junho de 1834, em Génova, Itália e antes de tomar a estrada para Viena, D. Miguel

renunciou à Convenção de Monte Évora, mas nunca regressou a Portugal, falecendo em 1866.

Finalmente, e após 6 anos de guerra, a Rainha D. Maria II jurou defender a Carta Constitucional de 1826. Quatro dias mais tarde, em 24 de Setembro de 1834, D. Pedro morre de tuberculose, angústia e dor, apesar da sua vitória militar. Os vários partidos Liberais nunca lhe perdoaram o perdão ao seu irmão, Miguel. Um dos maiores desgostos que D. Pedro teve, foi numa visita ao Porto em 1834, com a sua filha a Rainha, e no Teatro Real a plateia vaiou o Duque de Bragança pela sua condescendência para com os Miguelistas, os portuenses do Porto ainda a recordar os duros tempos do Cerco.

Bibliografia e Fontes:

Alexander, J. E. (1835). *Sketches in Portugal during the civil war of 1834*. Londres: James Cochrane and Co.

O Arauto Portuense. (1832). 17 Nov. – 15 Dez. 1832. Porto.

Areias, M. (1963). *Uma peça de artilharia para arrazar o Porto*. Porto: Tripeiro, 6ª série. 3 de Setembro.

Barreira, A. (2002). *A Assistência Hospitalar no Porto 1750-1850*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Basto, A. M. (1945). *A palavra do Coronel Owen*. Porto: *O Primeiro de Janeiro*. 18 de Maio.

Basto, A. M. (1932). *O Porto sob metralha*. Porto: *O Primeiro de Janeiro*. 9 de Setembro.

Beça, A. (1926). *O Porto no tempo de Saldanha*. Porto: Tripeiro, 3ª série. 11 de Junho.

Beça, A. (1926). *A Serra do Pilar*. Porto: Tripeiro, 3ª série. 5 de Março.

Beça, H. (1910). *Um episódio do combate de Valongo*. Porto: Tripeiro, 3 de Julho.

Bollaert, W. (1870) *Wars of Succession of Portugal and Spain from 1826 to 1840 com resume of the political History of Portugal and Spain to the presente time*. Vol. I. London: ed. Edward Stanford, Charing Cross.

Cardoso, J.B.G (1953). *A Papa-malhados*. Porto: *Tertúlia das Cinco e Meia na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto*.

O Cerco do Porto. Exposição Comemorativa do 150º Aniversário do Cerco do Porto (1982). Porto: Casa do Infante.

Chronica Constitucional do Porto. Porto: 1-144, Julho-Dezembro de 1832, 1-308, Janeiro-Dezembro de 1833.

- Conversa entre a peça de ferro Paulo Cordeiro e a estátua de pedra O Porto.* (1832). Porto: Imprensa da Gandra & Filhos.
- Cordeiro, J. M. (1895). *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*. Lisboa.
- Ferrão, A. (1940). *O Cerco do Porto (1832-1833)*. In *Reinado de D. Miguel*, vol.I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Freitas, E. A. C. (1954). *Um episódio da Guerra Civil (1832)*. Tripeiro, 5ª série. 10 de Novembro.
- Historia abreviada do Cerco da cidade do Porto durante os annos de 1832.* (1841). Lisboa: Jornal do Exercito Portuguez.
- Historia do Cerco do Porto: a guerra civil, o Sítio do Porto até à morte de D. Pedro IV.* (1870). Porto: Typ. Empreza Popular.
- Historia da Restauração de Portugal por S.M.I o Duque de Bragança contendo a relação de batalhas e victorias do exercito constitucional.* (1841). Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert.
- Lima, H.C.F. (1933). *Uma “Berta” no Cerco do Porto em 1832-1833*. Lisboa: Henry Gris & Ca.
- Marçal, H. (1957). *A Freguesia de Paranhos e o Cerco do Porto*. Porto: Amigos do Porto.
- Moniz, A.B.C. (1909). *Um episódio do Cerco do Porto*. Tripeiro, 1ª série. 2 de Agosto.
- Napier, C. (1836). *An Account of the War in Portugal between Don Pedro and D. Miguel*. Londres: T. & W. Boone.
- Noticia Official das Operações do Exército Libertador.* Porto, 1-18, Julho de 1832 a Setembro de 1833.
- Ordens do Dia do Exército de D. Miguel.* 1-108, Janeiro a Dezembro de 1832, 1-99, Janeiro a Agosto de 1833.
- Ordens do Dia do Exército de D. Pedro.* 1-230, Outubro de 1828 a Novembro de 1832, 1-117, Novembro de 1832 a Agosto de 1833.
- Owen, H. (1920). *O Cerco do Porto contado por uma testemunha*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Owen, H. (1836). *The Civil War in Portugal and the Siege of Oporto*. Londres: Edward Moxon.
- Peres, D. (1935). *História de Portugal*. Vol.7. Barcelos: Portucalense Editora.
- Rubim, N.J.V. (1985). *Artilharia Histórica Portuguesa*. Lisboa: Museu Militar.
- Saint-Pardoux, Barão de. (1835). *Campagnes de Portugal en 1833 et 1834. Relations des principaux évènements et des operations militaires de cette guerre*. Paris : Depot Central de La Librairie et de La Musique.
- Saraiva, J.H. (1983). *História de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.

Síntese Histórica da Artilharia Portuguesa. Exposição Comemorativa do VI Centenário da Artilharia no Museu Militar do Porto. Porto: Museu Militar do Porto.

Soriano, S.J.L. (1890). *História do Cerco do Porto*. Porto: A. Leite Guimarães.

Torres, J.G.O. (1910). *O Mirante das Guellas de Pau*. Tripeiro, 2ª série. 3 de Setembro.

Valente, V. (1945). *Achegas Arqueológicas e iconográficas. Vítimas do Cerco do Porto (Casa e Quinta de Agramonte)*. Tripeiro, 5ª série. 1 de Outubro.

Vitorino, P. (1944). *O Monte Pedral*. Porto: s/ed.